

## JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA 2.ª REGIÃO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº G.P.-R.I.-01/82, de 03 de fevereiro de 1982.

Aprova Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista decisão do Plenário de 09 de dezembro de 1981, conforme Ata nº 90/81, publicada no Diário Oficial da Justiça do Estado de São Paulo, em 03 de janeiro de 1982,

## RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, que a esta acompanha.

Artigo 2º - Toda e qualquer emenda ao novo Regimento deverá ser datada e numerada ordinalmente (art. 237, § 3º) e precedida da sigla exclusiva "G.P.-R.I."

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Justiça do Estado de São Paulo, revogado o Regimento aprovado em sessão administrativa de 27 de agosto de 1968, conforme Ata nº 94/68, publicada no Diário Oficial de 21 de setembro de 1968, bem como alterações posteriores nele introduzidas e demais disposições em contrário.

São Paulo, 08 de fevereiro de 1982.

ANTÔNIO LAMARCA  
PresidenteTherese Aparecida Projuello  
Secretária do Tribunal Pleno Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO

## REGIMENTO INTERNO

## TÍTULO I

## DO TRIBUNAL

## Capítulo I

## Da Organização do Tribunal

Art. 1º - O Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede na Capital do Estado de São Paulo, tem jurisdição no Estado de São Paulo.

Art. 2º - O Tribunal compõe-se de 29 (vinte e nove) Juizes nomeados pelo Presidente da República, sendo: a) 19 (dezenove) togados e vitalícios; 13 (treze) escolhidos por promoção dentre Juizes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento da Região, obedecido o critério alternado de antiguidade e merecimento; 3 (três) dentre advogados no efetivo exercício da profissão e 3 (três) dentre membros do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho;

b) 10 (dez) classistas e temporários, em representação paritária dos empregadores e dos empregados, vedada a recondução por mais de 2 (dois) períodos de 3 (três) anos.

§ 1º - No caso de antiguidade, os Juizes de carreira serão indicados de conformidade com lista organizada pelo Tribunal. No caso de merecimento, a indicação será feita, sempre que possível, através de lista tripartite, encaminhada ao Ministério da Justiça, através do Tribunal Superior do Trabalho, para escolha final pelo Presidente da República.

§ 2º - A escolha dos Juizes classistas será feita dentre nomes constantes das listas para esse fim encaminhadas ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, pelas associações sindicais de grau superior, com base territorial abrangente da Região. Para tal fim o Conselho de Representantes de cada associação sindical, na ocasião de terminada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, organizará, por maioria de votos, uma lista de 3 (três) nomes, atendidos os requisitos legais.

§ 3º - As listas tripartites serão encaminhadas ao Presidente da República por intermédio do Tribunal Superior do Trabalho e do Ministério da Justiça.

Art. 3º - Haverá um suplente para cada Juiz classista. Art. 3º - O Juiz tomará posse perante o Tribunal Pleno, reunido com qualquer número, e prestará compromisso de bem cumprir os deveres do cargo, de conformidade com a Constituição e com as leis da República, sendo lavrado um termo, em livro especial, assinado pelo Presidente, pelo empossado e pelo secretário.

§ 1º - O ato de posse e o de entrada em exercício darão lugar a uma publicação de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do decreto de nomeação, podendo ser prorrogado por igual prazo, a pedido do interessado ou a vista de motivo relevante, a critério do Tribunal.

§ 2º - O Juiz, no ato de posse, deverá apresentar declaração de seus bens.

Art. 4º - O Tribunal Regional do Trabalho tem tratamento de "Órgão Judicial", seus membros, com o tratamento de "Juizes do Tribunal", têm o de "Excelência".

Parágrafo único - Os Juizes usarão, nas sessões, vestes talares, conforme modelo aprovado.

Art. 5º - O Tribunal funcionará na plenitude de sua composição ou dividido em Turmas, observada a paridade de representação de empregadores e empregados.

§ 1º - Cada uma das Turmas se comporá de 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) Juizes vitalícios e 2 (dois) classistas.

§ 2º - Poderá qualquer Juiz pleitear remoção de uma Turma para outra, comprovado motivo relevante, ou por permuta, em qualquer caso mediante aprovação, por maioria simples, do Tribunal Pleno, ficando ressalvada sua vinculação aos processos que já lhe tenham sido distribuídos na Turma de origem.

§ 3º - Na eventual composição de novas Turmas, levar-se-á em conta o critério de antiguidade, conforme estabelecido no artigo 10.

Art. 6º - Na ocorrência da vaga, o Juiz nomeado funcionará na Turma em que a mesma se tiver verificado.

Art. 7º - Não poderão ter assento nas mesmas Turmas cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta e, na colateral, até o terceiro grau.

Parágrafo único - Nas sessões do Tribunal Pleno, o primeiro dos membros mutuamente impedidos que votar exclui o outro no julgamento.

Art. 8º - Os Juizes do Tribunal gozam de garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, excetuados, quanto à primeira, os classistas, só podendo ser privados de seu cargo em virtude de sentença judicial.

Art. 9º - É vedado ao Juiz togado o exercício de qualquer outra função, salvo o disposto no art. 114, I, da Constituição.

Art. 10 - A antiguidade dos Juizes, para colocação nas sessões, distribuição de feitos, substituições e outros quaisquer efeitos legais e regimentais, será regulada: a) pelo exercício; b) pela posse; c) pela nomeação; d) pela idade, quando o exercício, a posse e a nomeação forem da igual data.

Parágrafo único - Reconduzido o Juiz classista para novo mandato, computar-se-á o tempo de serviço anterior.

Art. 11 - Cada gabinete de Juiz do Tribunal será composto de um assessor, bacharel em direito, do Quadro do Tribunal ou de fora, indicado, por sua livre escolha, ao Presidente do Tribunal e por este designado, na forma da lei, além de um secretário-datiilógrafo.

## Capítulo II

## Da Direção do Tribunal

Art. 12 - O Tribunal será presidido por um de seus Juizes vitalícios, desempenhando outro a função de Vice-Presidente.

§ 1º - Os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Vice-Corregedor serão preenchidos mediante eleição e através de votação secreta, a que concorrerão, exclusivamente, os quatro Juizes togados mais antigos não alcançados pelos impedimentos do parágrafo 4º deste artigo. A eleição processar-se-á por maioria dos Juizes efetivos do Tribunal.

§ 2º - Os mandatos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Vice-Corregedor terão a duração de 2 (dois) anos, sendo proibida a reeleição.

§ 3º - O exercício dos cargos de direção constitui "munus" inerente ao cargo de Juiz do Tribunal, só podendo ser recusado por motivo ponderável, a critério da maioria manifestada antes da eleição.

§ 4º - Quem tiver exercido o cargo de Vice-Presidente, Corregedor e Vice-Corregedor, por 4 (quatro) anos, ou o de Presidente, não figurará entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade, salvo a hipótese da eleição para completar período de mandato inferior a um ano.

§ 5º - Se ocorrer a vaga de Presidente depois do primeiro ano, o Vice-Presidente exercerá a presidência pelo tempo restante, até a eleição e posse do novo Presidente, hipótese em que assumirá a Vice-Presidente o Corregedor Regional. Se se tratar de Corregedor, assumirá as suas funções o Vice-Corregedor, sendo este substituído pelo Juiz togado mais antigo.

§ 6º - Na hipótese de vacância antes da conclusão do primeiro ano, a eleição se processará na sessão seguinte à ocorrência da vaga, com posse imediata, terminando o eleito o tempo de mandato de seu antecessor.

§ 7º - Havendo empate na votação para a Presidência do Tribunal, o desempate se processará na forma prevista no artigo 10 deste Regimento.

§ 8º - Os Juizes que forem eleitos para os cargos de direção continuarão como relatores e revisores nos processos que já lhes tenham sido distribuídos, independentemente de restituição, com ou sem "visto".

Art. 13 - A eleição para a Presidência das Turmas se realizará no mesmo dia em que forem eleitos os Juizes para os cargos de direção do Tribunal, tendo o mandato a duração de 2 (dois) anos.

Art. 14 - O Presidente do Tribunal ocupará o centro da mesa, o Vice-Presidente terá assento na primeira cadeira do plenário à direita do Presidente, o Corregedor Regional, a primeira à esquerda do Presidente, o Vice-Corregedor, o lugar à direita do Vice-Presidente, o Juiz vitalício mais antigo ocupará a primeira cadeira em seguida à do Corregedor, seguindo-se, assim, sucessivamente, respeitada, sempre a ordem de antiguidade. Os Juizes classistas tomarão assento também pela ordem de antiguidade.

Art. 15 - O "quorum" de julgamento do Tribunal, em sessão plenária, é de 16 (dezesseis) magistrados. Parágrafo único - Nos casos de suspeição ou impedimento de magistrados vitalícios do Tribunal, poderão ser convocados Juizes Presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento da sede.

§ 1º - A convocação far-se-á através de sorteio público e o magistrado convocado funcionará apenas como vogal.

§ 2º - Não poderão ser convocados magistrados punidos com as penas previstas no artigo 42, I, II, III e IV, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, nem os que estejam respondendo ao procedimento previsto no artigo 27 da mesma lei.

Art. 16 - As decisões tomar-se-ão pelo voto da maioria simples dos Juizes presentes, salvo a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Executivo, quando se exigirá o voto da maioria absoluta do Tribunal Pleno.

Parágrafo único - O Presidente do Tribunal somente terá o voto de desempate, exceto nas hipóteses de declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Executivo e de matéria constante de sessão administrativa, quando votará com os demais Juizes, tendo ainda o voto de qualidade.

## Capítulo III

## Das Atribuições do Tribunal Pleno

Art. 17 - Compete ao Tribunal Pleno:

I - especial e originariamente: processar, conciliar e julgar os dissídios coletivos;

II - processar e julgar originariamente:

a) as revisões de sentenças normativas;

b) a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos;

c) as ações rescisórias das decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento, dos Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, das Turmas e de seus próprios acordos;

d) os mandados de segurança contra atos do próprio Tribunal, de seu Presidente e Juizes; dos demais Juizes com jurisdição trabalhista, bem como das decisões administrativas do Tribunal;

e) "habeas corpus";

f) as impugnações à investidura de vogais e seus suplentes nas Juntas de Conciliação e Julgamento;

III - processar e julgar em última instância:

a) os recursos das multas impostas pelas Turmas;

b) os conflitos de competência entre as suas Turmas, os seus Juizes, os Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, as Turmas de Conciliação e Julgamento, ou entre aqueles e estas;

c) os embargos de declaração opostos aos seus acordos;

d) as suspeições arguidas contra os Juizes do Tribunal nos feitos pendentes de sua decisão;

e) os agravos cabíveis nos processos de sua competência;

IV - em única ou última instância:

a) julgar os processos, inclusive os de mandado de segurança e os recursos em casos de natureza administrativa, contra atos de seu Presidente ou de quaisquer de seus membros, assim como os dos Juizes de 1º grau e de seus funcionários e, ainda, os referentes aos seus serviços auxiliares;

b) homologar os acordos celebrados em dissídios coletivos que ocorrerem dentro de sua jurisdição;

c) determinar às Juntas de Conciliação e Julgamento e aos Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;

d) fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

e) declarar a nulidade dos atos praticados com infração de suas decisões;

f) julgar as exceções de incompetência que lhe forem opostas;

g) requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem tais requisitos;

h) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição;

V - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor e o Vice-Corregedor do Tribunal;

VI - elaborar seu Regimento Interno e o Regulamento Geral de seus serviços;

VII - exercer, na forma da lei, as seguintes atribuições:

a) organizar os seus serviços auxiliares;

b) determinar o processamento das nomeações, remoções, promoções, transferências, exonerações, demissões e aposentadorias dos Juizes e servidores do Quadro;

c) propor a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

d) conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros;

e) fixar os dias e o horário de suas sessões, bem como o funcionamento dos demais órgãos da Justiça do Trabalho da Segunda Região;

f) julgar os recursos de decisões do Presidente sobre postulações dos servidores em matéria administrativa e de Juizes contra atos da mesma autoridade, dos quais não caiba recurso específico;

g) impor aos servidores do Tribunal as penas disciplinares, quando excederem da alçada do Presidente e das demais autoridades;

h) fixar e rever as diárias e ajudas de custo do Presidente, dos Juizes do Tribunal, dos Juizes da Região e dos servidores do Tribunal;

i) estabelecer o critério, designar as comissões, a provar as respectivas instruções e classificação final dos candidatos nos concursos para provimento dos cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de servidores do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Região, os quais terão validade pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável por mais 2 (dois), a critério do Tribunal;

j) processar e julgar a restauração de autos perdidos, quando se tratar de processos de sua competência;

l) resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo Presidente ou por seus Juizes sobre a ordem dos trabalhos ou a interpretação e execução deste Regimento;

m) exercer a disciplina sobre os Juizes da grau inferior, censurá-los ou adverti-los, segundo as disposições vigentes, sendo-lhes assegurada ampla defesa;

n) remeter às autoridades competentes, para os efeitos legais, cópias de peças de autos ou de papéis que conhecer, quando neles, ou por intermédio deles, ocorrer crime de responsabilidade comum em que caiba ação pública;

o) organizar, para promoção por merecimento, as listas tripartites dos Juizes da Região, bem como aprovar ou modificar as listas de antiguidade preparadas anualmente pelo Presidente do Tribunal, conhecendo das reclamações contra elas oferecidas nos 15 (quinze) dias seguintes à sua publicação no órgão oficial, observado o disposto no art. 86 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

## Capítulo IV

## Das Atribuições das Turmas

Art. 18 - Compete a cada uma das Turmas:

I - julgar em segunda ou última instância:

a) os recursos ordinários das decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento, ou Juizes de Direito investidos de competência trabalhista, na forma e nos casos previstos pelo artigo 895, alínea "a", da CLT;

b) os agravos de petição e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recurso de sua alçada;

c) os embargos de declaração opostos aos seus acordos;

d) as exceções de suspeição de seus membros, de incompetência e outras que lhe sejam apresentadas e as habilitações incidentes, nos processos pendentes de sua decisão;

e) os agravos regimentais nos processos de sua competência;

II - determinar às Juntas de Conciliação e Julgamento e aos Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista e demais autoridades administrativas a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sujeitos a sua apreciação;

III - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

IV - declarar as nulidades decorrentes de atos praticados com infração de suas decisões;

V - impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência;

VI - exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição;

VII - eleger seu Presidente dentre Juizes togados, adotando-se critério de rodízio, por antiguidade, na forma prevista no art. 12, devendo o mandato coincidir com os dos Juizes eleitos para os cargos de direção do Tribunal;

VIII - promover, por proposta de qualquer de seus Juizes, a renúncia de processos ao Tribunal Pleno, quando a matéria seja da competência originária do Órgão, ou na hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei;

IX - remeter às autoridades competentes, para os devidos fins, cópias autênticas de peças ou papéis de que conhecer, quando neles, ou por intermédio deles, ocorrer crime de responsabilidade ou crime comum, em que caiba ação pública, ou verificar infrações de natureza administrativa;

X - julgar a restauração de autos perdidos, em se tratando de processos de sua competência.

## Capítulo V

## Das Atribuições do Presidente do Tribunal

Art. 19 - Compete ao Presidente do Tribunal:

I - dirigir os trabalhos do Tribunal e presidir as sessões do Tribunal Pleno, propondo e submetendo as questões a julgamento, apurando os votos, proferindo voto de desempate e de qualidade, nos casos previstos neste Regimento e proclamando as decisões;

II - convocar as sessões extraordinárias do Tribunal Pleno;

III - designar e presidir audiência de conciliação, instruir, distribuir e remeter os autos ao Tribunal Pleno, em casos de dissídio coletivo e pedidos de homologação em acordo da competência originária do Tribunal;

IV - despachar os recursos da revista, interpostos das decisões das Turmas, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação;

V - despachar os agravos de instrumento, acolhen-do-os ou encaminhando-os ao Tribunal "ad quem";

VI - distribuir os feitos aos Juizes do Tribunal, em audiência pública na forma do disposto nos artigos 35 e 36 deste Regimento;

VII - manter a ordem nas sessões, podendo mandar retirar os que as perturbarem, impor multas até metade do valor de referência às partes que faltarem ao devido respeito e mandar prender os desobedientes, fazendo lavrar o respectivo auto;

VIII - requisitar às autoridades competentes a força necessária, sempre que houver perturbação da ordem;

IX - representar o Tribunal nas solenidades e atos oficiais, podendo delegar essa função a um ou mais Juizes do Tribunal;

X - velar pelo bom funcionamento do Tribunal, procurando, sempre, resguardar a soberania, autonomia e independência, inclusive pela perfeita execução das autoridades judiciárias no cumprimento de seus deveres, expedindo os providimentos ou recomendações necessárias e adotando providências que entender convenientes;

XI - fazer cumprir as decisões do Tribunal Superior do Trabalho e as do próprio Tribunal, nos processos e na esfera da sua competência, bem como determinar aos Juizes de primeira instância que as cumpram, realizando os atos processuais e diligências necessárias;

XII - assinar, com o relator, os acordos do Tribunal Pleno;

XIII - convocar Juizes, na forma estabelecida no Capítulo IX;

XIV - expedir as ordens que não dependerem de acordos ou não forem da competência privativa dos Presidentes de Turma e dos Juizes relatores;

XV - proferir os despachos da expediente em re-cursos de sua competência e demais processos sobre que deva deliberar;

XVI - dar posse aos membros do Tribunal e às demais autoridades judiciárias da região;

XVII - dar posse ao Secretário do Tribunal Pleno e ao Diretor da Secretaria Administrativa, bem como designar os respectivos substitutos e os auxiliares da presidência;



XVIII - organizar a escala de férias das autoridades judiciárias da região, atendida a conveniência do serviço;

XIX - impor penas disciplinares aos funcionários das secretarias do Tribunal e das Juntas de Conciliação e Julgamento, quando a sua aplicação exceder da competência dos respectivos superiores imediatos;

XX - conceder licença aos funcionários do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho e férias ao Diretor da Secretaria, ao Secretário do Tribunal e ao seu Secretário;

XXI - determinar descontos nos vencimentos dos Juizes do Trabalho e servidores da Região, de acordo com a lei;

XXII - assinar as folhas de pagamento dos Juizes e servidores do Tribunal, determinando sejam as mesmas confeccionadas e emitidas os respectivos cheques, a fim de que o respectivo pagamento seja efetuado até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

XXIII - ordenar os demais pagamentos de sua competência, observadas as normas legais específicas;

XXIV - designar os vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento e seus respectivos suplentes;

XXV - determinar a baixa dos autos, quando for o caso, à instância inferior;

XXVI - apresentar ao Tribunal, até a última sessão de janeiro, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Tribunal Superior do Trabalho;

XXVII - organizar, anualmente, a lista de antiguidade das autoridades judiciárias da Região, "ad referendum" do Tribunal;

XXVIII - conceder diárias e ajuda de custo, dentro dos critérios estabelecidos pelo Tribunal;

XXIX - corresponder-se, em nome do Tribunal, com quaisquer autoridades, observada a hierarquia de funções;

XXX - prover, na forma da lei e com a aprovação do Tribunal, os cargos do Quadro do Pessoal;

XXXI - determinar a expedição de precatórios, ordenando o pagamento em virtude de sentenças, com trânsito em julgado, proferidas contra as Fazendas Públicas e nas demais hipóteses previstas em lei;

XXXII - designar, "ad referendum" do Tribunal, os funcionários que deverão compor a comissão de compras;

XXXIII - autorizar e aprovar as concorrências, tomadas de preço e convites para as aquisições necessárias ao bom funcionamento dos serviços da Justiça;

XXXIV - organizar suas secretarias e demais serviços auxiliares indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços da Justiça do Trabalho, "ad referendum" do Tribunal;

XXXV - designar, dentre os funcionários do Quadro do Pessoal, o Secretário da Corregedoria, indicado pelo Corregedor Regional;

XXXVI - determinar, para conhecimento das partes, a publicação mensal, no órgão oficial, dos dados estatísticos sobre os trabalhos do Tribunal no mês anterior, entre os quais o número de votos que cada um de seus membros, nominalmente indicado, proferir como relator e revisor; o número de feitos que lhe foram distribuídos no mês em período; o número de processos que recebeu em consequência de pedido de vista; a relação dos feitos que lhe foram conclusos para voto, despacho e lavratura de acórdãos, ainda não devolvidos, embora decorridos os prazos regimentais, com as datas das respectivas conclusões, bem como os que estiveram com vista à Procuradoria Regional;

XXXVII - cumprir e fazer cumprir este Regimento e exercer as demais atribuições de lei.

## Capítulo VI

### Das Atribuições do Vice-Presidente.

Art.20 - Compete ao Vice-Presidente do Tribunal:

I - substituir o Presidente em caso de vacância, férias, licença ou nos impedimentos e ausências ocasionais;

II - auxiliar o Presidente, sempre que necessário;

III - relatar matéria administrativa;

IV - exercer atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou designadas pelo Tribunal Pleno.

## Capítulo VII

### Das Atribuições da Corregedoria Regional

Art.21 - Compete à Corregedoria Regional:

I - exercer correção, pelo menos uma vez por ano, sobre as Juntas de Conciliação e Julgamento da Região;

II - julgar os pedidos de correção parcial;

III - solicitar, quando necessário, ao Presidente do Tribunal de Justiça a realização de correções relativamente aos Juizes de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;

IV - realizar, no âmbito de sua competência, ações idênticas indispensáveis ao seu bom funcionamento;

Art.22 - O Corregedor Regional e o Vice-Corregedor, não estando em correção ou em férias, integrarão o "quorum" do Tribunal Pleno, embora sem relatar, a não ser como relator designado, ou revisor processos contenciosos e participação das deliberações administrativas.

Art.23 - O Corregedor Regional e o Vice-Corregedor apresentarão ao Pleno do Tribunal, até a última sessão de janeiro, relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria Regional durante o ano findo.

## Capítulo VIII

### Das Atribuições do Presidente de Turma

Art.24 - Compete aos Presidentes de Turma:

I - presidir as sessões, dirigir os trabalhos, votar com os demais Juizes e proclamar os resultados, cabendo-lhes, ainda, relatar os processos que lhes forem distribuídos na forma do estabelecido neste Regimento;

II - convocar sessões extraordinárias;

III - assinar, com o relator, os acórdãos da Turma;

IV - manter a ordem nas sessões, podendo mandar retirar os que as perturbarem, impor multas até a metade do valor de referência às partes que faltarem ao devido respeito e mandar prender os desobedientes, fazendo lavrar o respectivo auto;

V - requisitar às autoridades competentes a força necessária, sempre que houver perturbação da ordem;

VI - determinar a baixa dos autos, quando for o caso, à instância inferior;

VII - indicar ao Presidente do Tribunal, para designação, o Secretário da Turma e o respectivo substituto;

VIII - despachar o expediente em geral, orientar, controlar e fiscalizar as tarefas administrativas da Turma, relativas às atividades judiciárias previstas neste artigo;

IX - cumprir e fazer cumprir este Regimento, e exercer as demais atribuições de lei;

X - sortear, dentre os Juizes das demais Turmas, o desempateador de votação, observado o critério de rodízio;

XI - assinar as atas das sessões.

## Capítulo IX

### Das Convocações e Substituições

Art.25 - O Presidente do Tribunal será substituído, em caso de vacância, férias, licenças e nos seus impedimentos ocasionais, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor e pelo Vice-Corregedor e este, bem como o Presidente da Turma, pelo Juiz togado mais antigo.

Art.26 - Para o efeito de substituição, as ausências dos Juizes são consideradas:

I - definitivas, em razão de impedimento, suspensão e de vacância do cargo;

II - temporárias, as que decorram da concessão de licença por período superior a 3 (três) dias e de férias;

III - ocasionais:

a) por impossibilidade de comparecimento a 3 (três) sessões consecutivas, no máximo, do Tribunal Pleno ou das Turmas;

b) por não haver assistido ao relatório, salvo se houver falta de "quorum" para o julgamento, caso em que aquele será repetido, se o Juiz não o dispensar.

Art.27 - Em caso de afastamento, a qualquer título, exceto férias, por período superior a 30 (trinta) dias, os feitos em poder do magistrado afastado e aqueles em que tenha apostado "visto", como os que pês em mesa para julgamento, serão redistribuídos aos demais membros da Turma a que pertencer, mediante oportuna compensação. Os feitos em que seja revisor passarão ao magistrado que se lhe seguir, na ordem da antiguidade.

§ 1º - O julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá, computando-se os votos já proferidos, ainda que o magistrado afastado seja o relator.

§ 2º - Somente quando indispensável para decidir no va questão, surgida no julgamento, será dado substituto ao ausente, cujo voto, então, não se computará.

§ 3º - Quando o afastamento do magistrado for por período igual ou superior a 3 (três) dias, exceto férias, serão redistribuídos, mediante oportuna compensação, os dissídios coletivos, os mandados de segurança e outros feitos que, consoante fundada alegação do interessado, reclamem solução urgente. Em caso de vaga, ressalvados esses processos, os demais serão atribuídos ao nomeado para preenchê-la.

Art.28 - O "quorum" mínimo de julgamento das Turmas é de 3 (três) magistrados, respeitada a representação paritária. Para compô-lo, nos casos de ausência ou impedimento eventual, o magistrado será substituído, quando não seja relator ou revisor, por outro de Turma diversa, mediante sorteio público. Da mesma forma se procederá, na hipótese de empate na votação, quando a Turma estiver integrada por quatro magistrados.

Art.29 - É vedado o afastamento, em gozo de férias individuais, no mesmo período, de magistrados em número que possa comprometer o "quorum" de julgamento das Turmas ou do Pleno.

Art.30 - Para assegurar a paridade da Justiça do Trabalho, o afastamento, a qualquer título, de representante classista do Tribunal implicará a imediata convocação de suplente.

§ 1º - A convocação de suplente será feita pelo Presidente do Tribunal, obedecido o critério de rodízio, a principiar pelo mais antigo na classe, apurando-se a antiguidade segundo o estabelecido no art.10 deste Regimento.

§ 2º - Não havendo suplente, o Presidente do Tribunal poderá convocar, por sorteio, vogal da Junta de Conciliação e Julgamento da sede, da mesma categoria econômica ou profissional a que pertencer o ausente.

§ 3º - Nos impedimentos ocasionais e nos casos de suspensão do representante classista, o Presidente da Turma poderá determinar, mediante sorteio, a convocação de representante, da mesma categoria econômica ou profissional do impedido ou suspeito, integrante de outra Turma.

## Capítulo X

### Da Polícia do Tribunal

Art.31 - O Presidente responde pela polícia do Tribunal. No exercício dessa atribuição poderá requisitar o auxílio de outras autoridades, quando necessário.

Art.32 - Ocorrendo infração à lei penal, na sede ou dependência do Tribunal, o Presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita a sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro Juiz.

§ 1º - Nos demais casos, o Presidente poderá proceder na forma deste artigo ou requisitar a instauração de inquérito à autoridade competente.

§ 2º - O Juiz incumbido do inquérito indicará ao Presidente escrivão, a ser designado dentre os servidores do Tribunal.

Art.33 - Os inquéritos administrativos serão realizados consoante normas próprias.

## TÍTULO II

### DA ORDEM DO SERVIÇO NO TRIBUNAL

## Capítulo I

### Da Distribuição dos Processos

Art.34 - Os processos de competência do Tribunal serão distribuídos por classes, com designação própria, em consonância com a seguinte ordem:

a) dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica;

b) dissídios coletivos decorrentes de greve;

c) pedidos de extensão de decisões proferidas em dissídios coletivos;

d) revisões de sentença normativa;

e) homologações de acordos em dissídios coletivos;

f) conflitos de competência;

g) suspensões e impedimentos;

h) ações rescisórias;

i) mandados de segurança;

j) "habeas corpus";

l) recursos ordinários;

m) agravos do instrumento;

n) agravos de petição;

o) agravos regimentais;

p) processos e recursos administrativos;

q) processos de aplicação de penalidade;

r) processos de impugnação à investidura de vogal.

Art.35 - A distribuição será feita semanalmente, em dia designado pelo Presidente do Tribunal, em audiência pública e mediante sorteio, devendo a respectiva lista ser publicada no órgão oficial.

§ 1º - Os mandados de segurança em que houver pedido de concessão liminar da medida, bem assim os dissídios coletivos decorrentes de greve, os "habeas corpus" e outros feitos que, a juízo do Presidente do Tribunal, merecerem providências imediatas, com o fim de evitar da no irremediável, serão, desde logo, distribuídos, obedecidos os critérios de sorteio e publicidade da distribuição.

§ 2º - Nos casos de impedimento do relator sorteado, proceder-se-á a nova distribuição do feito, mediante compensação. Se o impedimento for do revisor, o processo será encaminhado ao Juiz que se lhe seguir na ordem de antiguidade.

Art.36 - A distribuição se fará por classes e em número igual de processos para cada Juiz.

Art.37 - A Turma que conhecer do feito ou de algum incidente terá competência preventiva para o julgamento de todos os recursos posteriores.

Parágrafo único - Sempre que o processo haja sido apreciado pelo Tribunal ou por uma das Turmas e volte para nova apreciação, será encaminhado ao Pleno ou à mesma Turma, conforme o caso, e distribuído ao mesmo relator ou, se vencido este em julgamento anterior, ao Juiz designado para a redação do acórdão. Se o relator não se encontrar em exercício, em consequência de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, o feito será, no Pleno, redistribuído por sorteio e, nas Turmas, mediante designação do Juiz que se seguir na ordem de antiguidade, assegurado, em qualquer caso, a compensação.

## Capítulo II

### Do Relatório e da Revisão

Art.38 - Compete ao relator:

I - promover, mediante simples despacho nos autos, a realização das diligências necessárias à perfeita instrução dos processos, fixando prazo para o seu cumprimento;

II - solicitar audiência da Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, quando a entender necessária;

III - processar, quando levantados pelos litigantes, os incidentes de falsidade, suspensão e impedimento, atentado, habilitação e restauração;

IV - homologar os acordos e desistências mediante simples despacho nos autos, ainda que o feito se encontre em mesa para julgamento, ressalvada a hipótese prevista no artigo 34, letra "a", deste Regimento;

V - submeter ao Pleno, à Turma, ou aos seus Presidentes, conforme a competência, questões de ordem para o bom andamento dos serviços e para o aprimoramento das atividades do Tribunal;

VI - praticar os demais atos que lhe incumbam ou sejam facultados em lei ou no presente Regimento.

Art.39 - Nos recursos e processos em matéria administrativa de competência originária do Tribunal, será relator o Vice-Presidente, que votará em primeiro lugar, seguindo-se a votação em conformidade com a ordem estabelecida no artigo 14. O Presidente do Tribunal votará por último, tendo, ainda, voto de qualidade.

§ 1º - O Presidente se absterá de votar nos feitos administrativos em que figurar como autoridade recorrida ou em que seja prolator da deliberação, objeto de exame pelo Tribunal.

§ 2º - No julgamento de recursos contra decisão ou despacho do Presidente, do Vice-Presidente ou do relator, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou despacho recorrido.

Art.40 - No Tribunal Pleno a designação do revisor terá como ponto de partida, o Vice-Presidente, que será revisor pelo Juiz togado mais antigo, observando-se, daí por diante, a ordem de colocação dos Juizes togados e temporários, até atingir o último Juiz, na ordem de antiguidade, tendo este, como revisor, o Vice-Presidente. Nas Turmas, a revisão seguirá a ordem de antiguidade, entre togados e classistas, a qual, partindo do Presidente para o Juiz togado mais antigo, atenda à alternância entre togados e temporários, de tal sorte que o Juiz classista nas antigas tenha por revisor o Presidente da Turma.

Parágrafo único - Nos processos em que funcionarem como relatores preventos e para os quais ainda não haja sido designado revisor, o Presidente será revisor pelo Vice-Presidente, o Corregedor, pelo Vice-Corregedor e este pelo Juiz togado mais antigo.

Art.41 - Ressalvados os casos expressamente previstos neste Regimento, o relator e o revisor terão o prazo de 30 (trinta) e 15 (quinze) dias, respectivamente, contados da data do recebimento, para aporem os seus "vistos" nos autos do processo.

## Capítulo III

### Das Pautas de Julgamento

Art.42 - As pautas do Tribunal Pleno e das Turmas serão organizadas pelos respectivos secretários, com aprovação das suas Presidentes.

Parágrafo único - Não dependem de pauta os feitos submetidos à apreciação do Tribunal em sessão administrativa. Nesses casos, porém, o Secretário do Tribunal Pleno deverá elaborar, para entrega, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, aos Juizes efetivos, lista contendo a notícia resumida da matéria a ser apreciada.

Art.43 - Os processos serão submetidos a julgamento na ordem da pauta, independentemente do comparecimento das partes ou de seus representantes legais.

§ 1º - Preferem aos demais julgamentos, independentemente do que dispõe este artigo, os processos de "habeas corpus" e de dissídio coletivo em virtude de greve, nos casos em que fica dispensada a exigência da prévia publicação no órgão oficial.

§ 2º - A preferência será igualmente concedida:

a) a requerimento do relator, nos casos de manifesta urgência ou quando este ou o revisor tenha de se afastar do Tribunal;

b) a requerimento de qualquer das partes interessadas, desde que solicitada no início da sessão e satisfatoriamente fundamentada, a juízo do Tribunal ou da Turma;

§ 3º - A concessão de prioridade aos requerimentos de preferência é assegurada aos advogados inscritos em órgão da Ordem dos Advogados do Brasil que não o da sede do Tribunal.

§ 4º - O pedido de adiamento formulado por uma das partes, quando ausente a outra ou seu defensor, deverá ser apresentado no início da sessão e só será atendido excepcionalmente, se julgados ponderáveis os motivos arguidos.

Art.44 - As pautas de julgamento do Pleno e das Turmas deverão conter todos os dados que permitam a identificação de cada processo, entre os quais a classe, o número de ordem na pauta, o número do processo, os nomes das partes e respectivos procuradores legalmente constituídos.

§ 1º - As pautas do Pleno, além de afixadas no saguão de entrada do edifício-sede do Tribunal, deverão ser publicadas no órgão oficial, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 2º - As pautas das Turmas, igualmente afixadas em recinto visível e de fácil acesso na própria Turma, deverão ser publicadas no órgão oficial, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art.45 - Os processos que não tiverem sido julgados permanecerão em pauta, independentemente de nova publicação, conservando a mesma ordem, com preferência sobre os demais para julgamento nas sessões seguintes, ressalvados os casos de adiamento, pedido de vista ou conversão em diligência.

## Capítulo IV

### Das Sessões do Tribunal

#### Sessão I

#### Das Sessões Plenárias e Administrativas

Art.46 - As Sessões ordinárias do Tribunal Pleno, abertas ao público, terão lugar em dia e hora designados mediante Resolução, de acordo com as pautas previamente organizadas.

Parágrafo único - Sempre que necessário, mediante convocação do Presidente, o Tribunal Pleno poderá reunir-se extraordinariamente, caso em que a publicação da pauta no órgão oficial observará a antecedência mínima de 3 (três) dias, respeitadas as exceções previstas neste Regimento.

Art.47 - As sessões administrativas, ordinárias e extraordinárias, sem acesso público, realizar-se-ão, se possível, no mesmo dia e em seguida às sessões de julgamento do Tribunal Pleno.

Art.48 - Na ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, a direção dos trabalhos caberá, sucessivamente, ao Corregedor, Vice-Corregedor e Juiz togado mais antigo, obedecido o critério estabelecido no artigo 10.

Art.49 - Das sessões do Tribunal Pleno participará o Procurador Regional da Justiça do Trabalho ou seu substituto legal, com assento à direita do Presidente.

Art.50 - Se, no horário regimental de início da sessão, não houver número, aguardar-se-á, por 30 (trinta) minutos, a formação do "quorum". Decorrido esse prazo, se persistir a falta de número, a sessão será encerrada, com designação de nova data e publicação no órgão oficial até 3 (três) dias de antecedência.

Art.51 - Nas sessões do Tribunal Pleno os trabalhos obedecerão a seguinte ordem:

a) verificação do número de Juizes presentes;

b) leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior, no caso de sessões administrativas;

c) indicações e propostas;

d) julgamento de processos.

Art.52 - Salvo quando não houver assistido ao relatório ou estiver impedido, nenhum Juiz poderá omitir-se de votar.

Art.53 - Após o relatório nenhum dos Juizes poderá, sem permissão do Presidente, retirar-se do recinto.

Art.54 - O julgamento, uma vez iniciado, será ultimado na mesma sessão, salvo pedido de vista regimental ou qualquer outro motivo relevante.

Art.55 - Findo o relatório, o Presidente dará a palavra às partes para sustentação oral das respectivas alegações, pelo prazo de 10 (dez) minutos para cada uma, prorrogável por mais 5 (cinco) minutos a juízo do relator, se relevante a matéria em debate.

Art.56 - A palavra às partes será concedida por ordem, de modo a manifestar-se, primeiramente, o autor ou recorrente. Havendo litisconsortes, representados por mais de um advogado, o tempo previsto será distribuído, proporcionalmente, entre os interessados, não podendo exceder de 20 (vinte) minutos.

Art.57 - O direito à sustentação oral independe de prévia inscrição, bastando que a parte ou seu defensor esteja presente à sessão no início dos trabalhos e oralmente o requeira.

§ 1º - Todavia, a prévia inscrição, em livro próprio, assegura ao inscrito o direito de sustentação, enquanto não esgotado um quinto (1/5) da pauta de julgamentos.

§ 2º - Não haverá sustentação oral nos processos da



agravo regimental, agravo de instrumento, embargos declaratórios e conflitos de competência.

Art. 58 - Após a sustentação oral, o julgamento terá início, com os votos do relator e do revisor e, a partir deste, seguindo-se os dos demais Juízes pela ordem de antiguidade.

§ 1º - Iniciado o julgamento e depois de haverem votado o relator e o revisor, qualquer Juiz poderá pedir-lhes esclarecimentos, facultado aos advogados suscitar questões de fato.

§ 2º - O representante do Ministério Público poderá usar da palavra, em consonância com o disposto no artigo 746, letra "b", da CLT, bem como prestar esclarecimentos ou opinar sobre a matéria em discussão, quando solicitado por qualquer dos Juízes.

Art. 59 - As decisões do Tribunal, em sessão plenária ou administrativa, ressalvadas as hipóteses de declaração de inconstitucionalidade e outras previstas em lei, neste Regimento, serão tomadas pela maioria simples dos votos dos Juízes presentes.

Parágrafo único - Em caso de empate, caberá ao Presidente desempatar, adotando a solução de uma das correntes em divergência, sendo-lhe facultado adiar o julgamento para a sessão seguinte e, ainda, no voto, ressaltar seu ponto de vista.

Art. 60 - Antes da proclamação do resultado, poderá o Juiz modificar o voto. Encerrada a votação e proclamado o resultado, nenhuma reformulação ou crítica poderão ser feitas ao decidido.

Art. 61 - Quando as soluções divergirem, mas várias delas apresentarem pontos comuns, serão somados os votos, no que contiverem de comum. Subsistindo divergência, sem possibilidade de qualquer soma, as questões serão submetidas ao pronunciamento de todos os Juízes, duas a duas, eliminando-se, sucessivamente, as que tiverem menor votação, prevalecendo, ao final, a que reunir a maioria dos votos.

Art. 62 - Os Juízes poderão pedir vista do processo. Sendo o pedido de vista em mesa, o julgamento se fará na mesma sessão, tão logo o Juiz que a tenha requerido se decrete habilitado a proferir voto. Em se tratando de vista regimental, o julgamento ficará adiado para prolação de voto na sessão subsequente.

§ 1º - Se dois ou mais Juízes pedirem vista do mesmo processo, o julgamento será adiado, de modo que a cada um seja facultado o estudo dos autos em igual prazo, incumbindo ao último, findo o prazo, restituir o processo à secretaria.

§ 2º - Os pedidos de "vista" não impedem que os demais Juízes profiram seus votos, desde que se declarem habilitados a tanto.

§ 3º - O julgamento que houver sido suspenso ou adiado, com pedido de "vista", prosseguirá com preferência sobre os demais processos, logo que os autos sejam devolvidos ou cesse o motivo da suspensão ou adiamento, ainda que o Juiz que houver pedido vista venha a se afastar do Tribunal, definitivamente ou em razão de licença para tratamento de saúde. Reencetado o julgamento adiado, serão computados os votos já proferidos pelos Juízes ausentes.

§ 4º - Verificada a hipótese prevista no parágrafo anterior, não tomará parte no julgamento em continuação os Juízes que não tenham assistido ao relatório, salvo se for este repetido.

Art. 63 - Findo o julgamento e proclamado o resultado, será designado para redigir o acórdão o relator sorteado ou, se vencido este, o revisor. Se ambos forem vencidos, será designado relator do acórdão o Juiz que primeiramente tenha votado nos termos da conclusão vencedora.

§ 1º - Quando vencido, o relator sorteado fornecerá cópia de seu voto ao Juiz designado para a lavratura do acórdão.

§ 2º - Sendo vencidos parcialmente todos os Juízes, caberá ao relator redigir o acórdão.

§ 3º - Se o relator resultar vencido em questão prejudicial do mérito ou matéria preliminar de relevância, ainda que incorra divergência na conclusão de mérito, servirá como designado para redigir o acórdão o Juiz que primeiramente proferir o voto vencedor em todos os aspectos.

§ 4º - Para efeito de aplicação do previsto no parágrafo anterior, considera-se matéria preliminar relevante aquela que seja suscetível de influir no julgamento do mérito.

Art. 64 - As atas das sessões serão lavradas pelo Secretário do Tribunal Pleno, que nelas resumirá, com clareza, os acontecimentos verificados durante a sessão, devendo, ainda conter:

a) dia, mês e hora de abertura dos trabalhos;  
b) o nome do Juiz, ou Juízes, a quem coube a Presidência da sessão;  
c) os nomes dos Juízes presentes, pela ordem de antiguidade;

d) o nome do representante do Ministério Público;  
e) resumo do expediente, indicando a natureza dos feitos apreciados, recursos e requerimentos, os nomes das partes, o resultado dos julgamentos, com os votos divergentes e os nomes dos que houverem feito sustentação oral.

Art. 65 - Nas sessões do Tribunal os debates poderão tornar-se secretos, desde que haja solicitação de um de seus membros, aprovada pela maioria simples dos Juízes presentes.

## Seção II

### Das Sessões das Turmas

Art. 66 - As sessões ordinárias das Turmas, com acesso permitido ao público, terão lugar em dias úteis e início às 13,00 horas, de acordo com as pautas previamente organizadas e publicadas.

Parágrafo único - Sempre que necessário, mediante convocação do respectivo Presidente, poderão as Turmas reunir-se extraordinariamente, em dias e horários previamente estabelecidos, caso em que a publicação da pauta no órgão oficial deverá ser feita com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Art. 67 - As sessões das Turmas contarão com a participação do Procurador Regional do Trabalho ou do Procurador adjunto por ele designado, o qual tomará assento à direita do Presidente, sendo-lhe facultado o uso da palavra nas hipóteses previstas no artigo 58, § 2º, deste Regimento.

Art. 68 - As decisões das Turmas serão tomadas por maioria simples, participando da votação o Presidente.

Art. 69 - Aplicam-se às sessões das Turmas, no que couber, as disposições constantes da Seção I deste Capítulo.

## Capítulo V

### Dos Acórdãos

Art. 70 - Os acórdãos serão assinados pelo Presidente do Tribunal ou da Turma e pelo relator.

§ 1º - Não se encontrando em exercício o Presidente do Tribunal, os acórdãos serão assinados pelo Vice-Presidente e, ausente ou impedido este, pelo Juiz togado mais antigo. Nas Turmas, verificando-se a ausência do Presidente, os acórdãos serão assinados pelo Juiz togado mais antigo, além do relator.

§ 2º - Quando o relator houver deixado o exercício do cargo ou se encontrar em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 30 (trinta) dias e não lhe for possível assinar o acórdão, firma-lo-á o Juiz que atuou como revisor ou, se também ausente este, o Juiz togado mais antigo que participou do julgamento, devendo constar do fato notícia circunstanciada nos autos.

§ 3º - O Procurador Regional do Trabalho, ou seu substituto legal, aporá o seu "ciente" nos acórdãos.

Art. 71 - Os acórdãos poderão conter ementa que, de modo resumido, indique a questão fática e a tese jurídica que prevalecer durante o julgamento e poderão ser acompanhados de justificativa ou declaração de voto, desde que os respectivos proponentes o requeriram durante o julgamento ou logo em seguida à proclamação do resultado.

Art. 72 - O Juiz, a quem couber a redação do acórdão, disporá, para lavrá-lo, do prazo de 15 (quinze) dias, contados da entrega do processo, cuja data será certificada nos autos.

Art. 73 - Após as assinaturas, os acórdãos serão publicados no órgão oficial.

Parágrafo único - A publicação no órgão oficial indicará, apenas, os dados identificadores do processo, tais como número de ordem, nomes das partes e respectivos advogados, bem como a ementa, se houver, e o resultado.

Art. 74 - A republicação do resultado somente será

feita em virtude de incorreções na publicação anterior ou mediante despacho do Presidente do Tribunal, do Presidente da Turma ou do relator, conforme o caso.

Art. 75 - As audiências para instrução dos feitos de competência originária do Tribunal, ou daqueles em que o Tribunal for depredado ou ordenado, serão públicas e serão realizadas nos dias e horários designados pelo Juiz a quem couber o ato, presente o Secretário do Tribunal Pleno ou o Secretário da Turma, conforme o caso.

Art. 76 - A audiência serão admitidas as partes, os advogados, testemunhas e quaisquer outras pessoas citadas ou intimadas.

Art. 77 - O secretário mencionará os nomes das partes, os dos procuradores, com indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, bem assim as citações, intimações, requerimentos e todos os demais atos e ocorrências.

Art. 78 - Com exceção dos advogados, as pessoas mencionadas no artigo 90 não poderão retirar-se da sala durante a audiência, salvo se devidamente autorizadas pelo Juiz que estiver presidindo os trabalhos.

## TÍTULO III

### DOS PROCEDIMENTOS NO TRIBUNAL

#### Capítulo I

##### Do Impedimento e da Suspeição

Art. 79 - O Juiz deve dar-se por impedido ou suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, nas hipóteses dos artigos 799 a 802 da CLT e dos artigos 134 a 136 do CPC.

Art. 80 - A parte oferecerá a exceção no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que teve conhecimento do fato gerador do impedimento ou da suspeição.

Art. 81 - Se o Juiz não reconhecer o impedimento ou a suspeição, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver.

Art. 82 - Recebida a exceção, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgada.

Art. 83 - Verificando que a exceção não apresenta fundamento legal, o relator sorteado proporá ao Tribunal o seu arquivamento. Caso contrário, após parecer da Procuradoria Regional do Trabalho, aporá o seu "visto", remetendo os autos ao revisor. Em seguida, incluir-se-á o processo na pauta de julgamento.

Art. 84 - Se o Pleno do Tribunal acolher a exceção, o Juiz será substituído pelo que se lhe seguir na ordem de antiguidade.

#### Capítulo II

##### Da Declaração de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato do Poder Público

Art. 85 - Arguida a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, o relator submeterá a questão à Turma.

Art. 86 - Se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento; se for acolhida, será lavrado acórdão, a fim de ser submetida a questão ao Tribunal Pleno.

Art. 87 - Remetida a cópia do acórdão a todos os Juízes, o Presidente do Tribunal, ouvida a Procuradoria Regional do Trabalho, designará sessão de julgamento, com publicação no órgão oficial.

§ 1º - Somente por decisão da maioria absoluta de seus membros efetivos poderá o Tribunal declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

§ 2º - Proferido o julgamento pelo Tribunal Pleno e publicado o respectivo acórdão, os autos retornarão à Turma, para prosseguir na apreciação do feito ou aplicar o julgado, caso não haja recurso com efeito suspensivo.

#### Capítulo III

##### Dos Dissídios Coletivos

#### Seção I

##### Dos Dissídios Coletivos de Natureza Econômica

Art. 88 - A representação escrita para instauração de dissídio coletivo de natureza econômica deve vir acompanhada de certidão ou cópia autenticada do último aumento salarial concedido à categoria profissional e de extrato da ata da assembleia que autorizou o dissídio, nos termos do artigo 859 da CLT.

§ 1º - A remessa dos autos do processo administrativo pela autoridade do Ministério do Trabalho poderá suprir a exigência deste artigo.

§ 2º - Idêntico procedimento se observará na revisão de norma coletiva em vigor há mais de um ano.

Art. 89 - Recebida e protocolada a representação, o Presidente designará, desde logo, audiência de conciliação, dentro do prazo de 10 (dez) dias, intimando as partes, por via postal, nos termos do artigo 841 da CLT.

Art. 90 - Na audiência, comparecendo as partes ou seus representantes (artigo 861 da CLT), o Presidente os convidará a se pronunciarem sobre as bases da conciliação. Caso não sejam aceitas as bases propostas, o Presidente submeterá aos interessados a solução que lhe pareça capaz de resolver o dissídio, registrando-se a proposta com ciliatória na ata dos trabalhos.

Art. 91 - Havendo acordo, será de imediato sorteado relator para homologação na primeira sessão que se seguir, ouvida a procuradoria que poderá manifestar-se verbalmente.

Parágrafo único - Se o Pleno do Tribunal não homologar o acordo, o processo será incluído em pauta, depois de parecer da Procuradoria Regional e "vistas" do relator e do revisor.

Art. 92 - Não havendo acordo ou não comparecendo ambas as partes ou uma delas, o Presidente fará imediatamente sorteio do relator, depois de ouvida a Procuradoria Regional do Trabalho.

§ 1º - O relator poderá determinar diligências para esclarecimento das questões suscitadas. Dispensadas ou realizadas as diligências, em 5 (cinco) dias aporá o seu "visto", cabendo igual prazo ao revisor.

§ 2º - O julgamento deverá ser realizado com preferência na primeira sessão possível.

Art. 93 - Sempre que, no decorrer do julgamento do dissídio houver ameaça de perturbação da ordem, o Presidente ou o relator requisitará a força necessária à autoridade de competente.

Art. 94 - Em se tratando de dissídio fora da sede do Tribunal, caberá à autoridade delegada, se assim julgar conveniente o Presidente do Tribunal, diligenciar as providências de intimação e conciliação de que fará relatório circunstanciado com a maior brevidade possível.

Parágrafo único - Se a autoridade local for Juiz de Direito investido na jurisdição trabalhista, deverá dar ao dissídio coletivo a preferência reservada aos processos de mandato de segurança e "habeas corpus".

Art. 95 - O acórdão, que deve ser lavrado dentro de 48 (quarenta e oito) horas, será publicado no órgão oficial para ciência de terceiros.

Parágrafo único - O prazo para recurso corre da intimação das partes por registro postal.

Art. 96 - A sentença normativa entrará em vigor: a) a partir da data de sua publicação no órgão oficial, quando desobedecido o prazo do art. 616, § 3º, da CLT, ou quando inexistir acordo, convenção ou sentença anterior;

b) a partir do dia imediato ao termo final de vigência do acordo, sentença normativa ou convenção coletiva anterior, quando instaurado o dissídio no prazo legal.

Parágrafo único - Para os efeitos do artigo 616 da CLT, considera-se como data de ajuizamento a da representação perante a autoridade administrativa.

#### Seção II

##### Dos Dissídios Coletivos de Natureza Jurídica

Art. 97 - Tratando-se de dissídio coletivo de natureza jurídica, o Presidente, desde logo, sorteará relator.

Art. 98 - O relator sorteado designará audiência em que o suscitado ou suscitados apresentarão contestação por escrito.

Art. 99 - Apresentada a contestação, o relator determinará a remessa do processo à Procuradoria Regional para oferecimento de parecer.

Art. 100 - Com os "vistas" do relator e do revisor, o processo será incluído em pauta de julgamento.

Art. 101 - A sentença coletiva somente produzirá efeitos após o trânsito em julgado.

Art. 102 - O disposto nesta seção se aplica, no que couber, aos dissídios coletivos sobre aumento de produtividade.

Art. 103 - Aplicam-se, no que couber, as disposições da seção anterior aos dissídios coletivos de natureza jurídica.

#### Seção III

##### Dos Dissídios Coletivos Decorrentes de Greve

Art. 104 - Sempre que houver paralisação do trabalho ou ameaça de que a mesma possa ocorrer, o dissídio coletivo poderá ser suscitado, de ofício, pelo Presidente do Tribunal ou a requerimento da Procuradoria Regional do Trabalho.

Parágrafo único - Nesta hipótese, os dirigentes das entidades sindicais envolvidas serão intimados para a audiência de instrução e conciliação, que se realizará no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 105 - Se as partes não comparecerem ou, comparecendo, não se conciliarem, o Presidente providenciará imediato sorteio do relator, que terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apor o seu "visto" nos autos, depois de ouvida a Procuradoria Regional, quando esta não for suscitante. Igual prazo terá o revisor, devendo o julgamento realizar-se no dia útil imediato, independentemente de inclusão em pauta.

Art. 106 - Aplicam-se, no que couber, os dispositivos da Seção I.

#### Capítulo IV

##### Do Mandado de Segurança

Art. 107 - Para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus", conceder-se-á mandado de segurança quando a autoridade responsável estiver sob a jurisdição do Tribunal.

Parágrafo único - Admite-se a assistência de terceiro interessado, bem como o litisconsórcio inicial ou ulterior.

Art. 108 - A petição inicial será apresentada em 2 (duas) vias, sendo os documentos que instruírem a primeira autenticadamente reproduzidos na segunda.

Parágrafo único - Se a petição for indeferida, cabe agravo regimental ao Pleno do Tribunal, mantido o relator sorteado.

Art. 109 - O relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da conclusão dos autos, mandará intimar a autoridade apontada como coatora, mediante ofício acompanhado da segunda via da petição, instruída com as cópias dos documentos, a fim de que preste informações no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único - O relator poderá conceder medida liminar ao impetrante, suspendendo os efeitos do ato impugnado, se a demora no julgamento tornar ineficaz a medida.

Art. 110 - Decorrido o prazo para as informações, se não os autos remetidos à Procuradoria Regional do Trabalho para neles oficial, após o que, com os "vistas" do relator e do revisor, será o processo, com prioridade, incluído na pauta de julgamento do Pleno do Tribunal.

Art. 111 - Julgado procedente o pedido, o Presidente transmitirá, em ofício, ou por telegrama, radiograma ou telefonema, conforme o requerer o peticionário, o inteiro teor do acórdão à autoridade coatora. Quando a comunicação for feita por telefonema, radiograma ou telegrama, será confirmada por ofício.

§ 1º - O Presidente transmitirá, "incontinenti", à autoridade coatora o resultado do julgamento, quando o ato não tiver sido liminarmente suspenso.

§ 2º - Os originais do acórdão, no caso de transmissão telegráfica ou radiofônica, deverão ser apresentados à agência expedidora com as firmas devidamente reconhecidas.

Art. 112 - Em caso de urgência, o pedido de mandado de segurança poderá ser feito por telegrama ou radiograma, observados os requisitos legais, podendo o relator determinar que, pela mesma forma, se faça a intimação à autoridade coatora.

Parágrafo único - Requerido o mandado de segurança por telegrama ou radiograma, a Secretaria do Tribunal extrairá cópias para os efeitos do artigo 109.

Art. 113 - Poderá renovar-se mandado de segurança quando a decisão denegatória lhe não houver apreciado o mérito.

Art. 114 - Da denegação ou concessão do pedido cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.

#### Capítulo V

##### Da Ação Rescisória

Art. 115 - Caberá ação rescisória dos acórdãos do Tribunal Pleno e das Turmas, ou das sentenças das Juntas de Conciliação e Julgamento ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, nas hipóteses previstas em lei, no prazo de dois anos, contados do trânsito em julgado.

Art. 116 - Os atos judiciais, que não dependam da sentença, ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.

Art. 117 - A competência para o julgamento da ação rescisória é do Tribunal Pleno, como instância originária.

Parágrafo único - A competência do Tribunal não se altera pelo fato de o Tribunal Superior do Trabalho, em não conhecendo do recurso, tecer considerações de ordem jurídica, sem adentrar o mérito.

Art. 118 - A ação rescisória será proposta por petição escrita, elaborada com as seguintes requisitos:

a) indicação do Tribunal a que é dirigida;  
b) os nomes, pronomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;  
c) os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido;  
d) o pedido com as suas especificações;  
e) o valor da causa;  
f) a indicação das provas com que o autor pretende demonstrar a procedência do pedido;

g) o requerimento para a citação do réu.

§ 1º - A petição inicial deverá ser instruída com a prova do trânsito em julgado da sentença ou acórdão rescindendo.

§ 2º - O autor deverá, na inicial, cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa.

§ 3º - Observados os preceitos deste artigo e parágrafos anteriores, o Presidente do Tribunal, após protocolada, registrada e autuada a petição, fará a distribuição na forma prevista neste Regimento, excluído o Juiz que houver servido como relator no processo cuja sentença ou acórdão se pretende rescindir.

Art. 119 - Se a petição não se revestir dos requisitos legais, será indeferida pelo relator. Também será indeferida a inicial pelo relator, nas seguintes hipóteses:

a) quando for inepta;  
b) quando a parte for manifestamente ilegítima;  
c) quando o autor carecer de interesse processual;  
d) quando o Juiz verificar, desde logo, a perempção da ação, nos termos do artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil;  
e) quando a ação rescisória for manifestamente inabível;

f) quando não estiver acompanhada da prova do trânsito em julgado da sentença ou acórdão rescindendo.

§ 1º - O autor, não se conformando com o despacho do relator que indeferir a inicial, poderá agravar regimentalmente para o Pleno do Tribunal.

§ 2º - Se for deferida a inicial ou reformado o despacho que a indeferiu, o relator mandará citar o réu, assinando-lhe o prazo nunca inferior a 15 (quinze) nem superior a 30 (trinta) dias para responder aos termos da ação. Findo o prazo, com ou sem resposta, caberá ao relator processar o feito. Se os fatos alegados dependerem de provas, o relator delegará competência ao Juiz de Direito, investido na jurisdição trabalhista, da comarca onde devam ser produzidas, ou a



uma das Juntas de Conciliação e Julgamento da sede ou fora da sede, onde residam as testemunhas, ou onde se encontrar a coisa, objeto do exame pericial ou de inspeção judicial, fixando o prazo de 45 (quarenta e cinco) a 90 (noventa) dias para a devolução dos autos.

Art.120 - Concluída a instrução, será aberta vista, sucessivamente, ao autor e ao réu, pelo prazo de 10 (dez) dias, para razões finais. Em seguida, os autos serão encaminhados à Procuradoria Regional, que emitirá parecer.

Art.121 - Devolvidos os autos, serão os mesmos conclusos aos Juízes relator e revisor, para aporem "visto", após o que serão incluídos em pauta para julgamento.

Art.122 - Julgando procedente a ação, o Tribunal rescindir a sentença, e proferirá, se for o caso, novo julgamento.

Art.123 - Da decisão proferida em ação rescisória caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.

## Capítulo VI

### Dos Conflitos de Competência

Art.124 - Há conflito de competência:

- quando 2 (duas) ou mais Juntas de Conciliação e Julgamento, Juízes do Trabalho ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista se declararem competentes;

- quando 2 (duas) ou mais Juntas de Conciliação e Julgamento, Juízes do Trabalho ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista se declararem incompetentes;

- quando entre 2 (dois) ou mais Juízes do Trabalho ou com jurisdição trabalhista surgir controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

Art.125 - O conflito será suscitado ao Presidente do Tribunal:

- pela Junta de Conciliação e Julgamento, ou pelo Juiz, por ofício ou despacho nos autos;

- pela parte interessada;

Parágrafo único - Processado em autos apartados, o conflito será instaurado com as provas de sua existência.

Art.126 - Após a distribuição, o relator mandará ouvir as Juntas de Conciliação e Julgamento ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, em conflito, ou apenas o suscitado, se um deles for suscitante. Dentro do prazo assinado pelo relator, caberá aos órgãos em conflito prestar as informações.

Art.127 - Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, mas, neste caso, bem como no de conflito negativo, designará um dos Juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Art.128 - Decorrido o prazo, com informações ou sem elas, será ouvida, no prazo legal, a Procuradoria Regional do Trabalho. Em seguida, o relator aporá seu "visto" e determinará a remessa dos autos ao revisor.

Parágrafo único - O conflito será decidido sem inclusão do processo em pauta, sendo irrecurável a decisão do Pleno do Tribunal.

Art.129 - É da competência do Pleno do Tribunal, observadas as disposições anteriores, no que couber, o julgamento de conflitos entre Juízes da mesma ou de outra Turma ou entre Turmas do Tribunal.

## Capítulo VII

### Da Habilitação Incidente

Art.130 - Pendente o feito da decisão da instância superior, a habilitação será requerida ao relator e perante ele processada.

Art.131 - A habilitação pode ser requerida:

- pela parte, em relação aos sucessores do falecido;

- pelos sucessores do falecido, em relação à parte.

Art.132 - A habilitação independe de sentença quando:

- promovida pelo cônjuge e herdeiros necessários, desde que provejam, por documentos, o óbito do falecido e a sua qualidade;

- em outra causa, sentença passada em julgado houver atribuído ao habilitando a qualidade de herdeiro ou sucessor;

- o herdeiro for incluído sem qualquer oposição no inventário;

- estiver declarada a ausência ou determinada a arrecadação da herança jacente;

- oferecida a petição da habilitação, a parte reconhecer a procedência do pedido e não houver oposição de terceiros.

Parágrafo único - Nos demais casos aplica-se o disposto nos artigos 1.057 e 1.058 do Código de Processo Civil.

## Capítulo VIII

### Da Impugnação à Investidura de Vogal

Art.133 - Dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da posse, pode ser impugnada a investidura de vogal ou suplente, por qualquer interessado, sem efeito suspensivo, por meio de petição dirigida ao Presidente do Tribunal.

Art.134 - Sorteado o relator, este mandará citar o impugnado para apresentar defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único - Faculta-se às partes a produção de provas.

Art.135 - Encerrada a instrução, será o processo enviado à Procuradoria Regional para dar o seu parecer.

Parágrafo único - Apostos os "vistos" do relator e do revisor, o processo será incluído na pauta de julgamento.

Art.136 - Da decisão do Pleno do Tribunal cabe recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho, sem efeito suspensivo.

## Capítulo IX

### Da Restauração de Autos

Art.137 - Verificado o extravio ou a perda dos autos do processo, pode qualquer das partes promover-lhes a restauração.

Art.138 - Na petição de restauração, declarará a parte o estado da causa ao tempo do extravio ou perda, oferecendo:

- certidões do livro de registro das audiências;

- cópias dos requerimentos dirigidos ao Juiz e dos termos de audiência;

- quaisquer outros documentos que facilitem a restauração.

Art.139 - A parte contrária será citada para contestar o pedido no prazo de 5 (cinco) dias, cabendo-lhe exibir os documentos que estiverem em seu poder.

§ 1º - Se a parte contrária concordar com a restauração, lavrar-se-á o respectivo auto que, assinado por ambas as partes e homologado pelo relator, suprirá os autos desaparecidos.

§ 2º - Se a parte contrária não contestar ou se a concordância for parcial, observar-se-á o disposto no artigo 803 do Código de Processo Civil.

Art.140 - Completada a restauração, seguirá o processo os seus termos.

Parágrafo único - Reaparecendo os autos originais, nestes se prosseguirá, sendo-lhes aponsados os autos da restauração.

Art.141 - Quem houver dado causa à perda ou ao extravio dos autos responderá pelas despesas da restauração, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal em que in correr.

## Capítulo X

### Do "Habeas Corpus"

Art.142 - Qualquer pessoa, mesmo sem mandato, ou o Ministério Público, pode impetrar ordem de "habeas corpus"

ao Tribunal Pleno, em favor de quem sofrer coação ilegal na sua liberdade de locomoção, por ato de autoridade de jurisdição do Trabalho ou de Juiz de Direito investido na jurisdição trabalhista.

Art.143 - A inicial, em 2 (duas) vias, conterá:

- o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, indicando, também, quem exerce a violência, coação ou ameaça;

- a assinatura do impetrante, ou de alguém a seu rogo, quando não souber ou não puder escrever, e a designação das respectivas residências.

Art.144 - A petição, depois de protocolada, será imediatamente dirigida ao Presidente do Tribunal, que solicitará informações urgentes à autoridade indicada como coatora, enviando-lhe a segunda via da inicial.

Art.145 - Em seguida, proceder-se-á à distribuição do feito, que será julgado na primeira sessão, independentemente de inclusão em pauta, oficiando, verbalmente, o Ministério Público com ou sem as informações solicitadas.

Art.146 - Concedido o "habeas corpus", será imediatamente expedida a respectiva ordem pelo Presidente.

## TÍTULO IV

### DOS RECURSOS

#### Capítulo I

##### Dos Recursos Cabíveis das Decisões do Tribunal

Art.147 - Das decisões do Tribunal Regional do Trabalho são admissíveis os seguintes recursos:

- embargos de declaração;
- recurso ordinário;
- recurso de revista;
- agravo de instrumento;
- agravo de petição;
- agravo regimental.

#### Capítulo II

##### Dos Embargos de Declaração

Art.148 - Nos embargos de declaração será relator o do acórdão embargado.

Art.149 - Os embargos de declaração serão opostos em petição ao relator, dentro de 5 (cinco) dias, contados da publicação das conclusões do acórdão no órgão oficial.

§ 1º - Será desde logo indeferida, por despacho irrecurável, a petição que não indicar o ponto obscuro, duvidoso, omissão ou contraditório que deva ser declarado ou esclarecido.

§ 2º - O relator apresentará os embargos à mesa, para julgamento, na primeira sessão seguinte, fazendo o relatório e proferindo o seu voto.

§ 3º - Vencido o relator, será designado para redigir o acórdão o Juiz que primeiramente tiver defendido o ponto de vista vencedor.

§ 4º - Se os embargos forem providos, limitar-se-á a nova decisão a declarar a obscuridade, dúvida, omissão ou contradição existente.

§ 5º - Os embargos de declaração suspenderão os prazos para outros recursos.

#### Capítulo III

##### Do Recurso Ordinário

Art.150 - Cabe recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, das decisões do Tribunal:

- nas hipóteses da alínea "b" do artigo 895 da CLT;

- nas ações rescisórias, nos mandados de segurança, nos processos de "habeas corpus" e nas impugnações à investidura de vogais.

#### Capítulo IV

##### Do Recurso de Revista

Art.151 - O recurso de revista, previsto nas alíneas "a" e "b" do artigo 896 da CLT, será apresentado ao Presidente do Tribunal, em petição fundamentada, dentro do prazo de 8 (oito) dias, seguintes à publicação do acórdão no órgão oficial.

Art.152 - O Presidente do Tribunal deverá receber ou denegar seguimento ao recurso, fundamentando, em qualquer hipótese, seu despacho.

§ 1º - Recebido o recurso, o Presidente declarará os seus efeitos, facultando à parte interessada requerer a expedição de carta de sentença, para execução provisória do julgado, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data em que tiver ciência do despacho, caso tenha sido dado ao recurso efeito meramente devolutivo.

§ 2º - Denegado o seguimento ao recurso, poderá o recorrente interpor agravo de instrumento, no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data em que foi intimado do despacho agravado ou de sua publicação no órgão oficial.

Art.153 - A carta de sentença será extraída de acórdão do com o estabelecido no artigo 590 do Código de Processo Civil.

Art.154 - Os processos julgados pelo Tribunal somente serão restituídos à instância originária após o trânsito em julgado de suas decisões.

#### Capítulo V

##### Do Agravo de Instrumento

Art.155 - Caberá agravo de instrumento, no prazo de 8 (oito) dias, dos despachos que denegarem seguimento aos recursos.

Art.156 - Interposto o agravo e formado o instrumento, será aberta "vista" ao agravado, que poderá requerer traslado de outras peças dos autos no prazo de contraminuta.

Parágrafo único - Essas novas peças serão extraídas e juntas aos autos no prazo de 5 (cinco) dias, abrindo-se "vista" ao agravante para dizer sobre elas no mesmo prazo.

Art.157 - Preparados os autos dentro de 48 (quarenta e oito) horas e conclusos ao Juiz, este, dentro de 5 (cinco) dias, reformará ou manterá a decisão agravada em despacho fundamentado.

§ 1º - Não se conformando o agravado com a nova decisão, poderá requerer, dentro de 5 (cinco) dias, a remessa do instrumento ao Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º - Mantida a decisão, será providenciada a imediata remessa do recurso ao Tribunal Superior do Trabalho.

Art.158 - Não se poderá negar seguimento ao agravo de instrumento, ainda que interposto fora do prazo.

#### Capítulo VI

##### Do Agravo de Petição

Art.159 - Caberá agravo de petição, para o Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 (oito) dias, das decisões do Presidente do Tribunal em execução de sentença.

Art.160 - Preparados os autos no prazo de 5 (cinco) dias e conclusos ao Presidente, este, dentro de igual prazo, encaminhará o processo à instância superior em despacho fundamentado.

#### Capítulo VII

##### Do Agravo Regimental

Art.161 - Das decisões interlocutórias ou despachos do Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente, do Corregedor ou Vice-Corregedor, dos Presidentes de Turmas ou dos relatores que possam causar gravame às partes, caberá agravo regimental para o Pleno ou para a Turma, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art.162 - O agravo regimental será encaminhado ao prolator da decisão ou despacho, que poderá reconsiderá-lo ou submetê-lo ao julgamento do Pleno ou da Turma, independentemente de pauta e após o "visto" do revisor.

Art.163 - Havendo empate, prevalecerá a decisão ou despacho agravado.

## TÍTULO V

### Capítulo Único

#### Da Correição Parcial

Art.164 - O atentado à boa ordem processual poderá implicar pedido de correição parcial.

§ 1º - O pedido será apreciado pelo Corregedor Regional, quando se tratar de ato ou omissão processual ocorridos na primeira instância.

§ 2º - Em se tratando de ato ou omissão processual de Juiz do Tribunal, a competência para apreciação será do Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, na forma do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Art.165 - O pedido de correição parcial será formulado pela parte ao Juiz da causa, o qual deverá, juntamente com as informações, encaminhá-lo ao Corregedor Regional, no prazo de 5 (cinco) dias, em autos apartados.

Art.166 - O prazo para interposição do pedido de correição parcial será de 5 (cinco) dias, a contar da ciência do ato impugnado ou da omissão processual.

Art.167 - O Juiz poderá reconsiderar o despacho, hipótese em que os autos da correição serão aponsados aos do processo principal.

Art.168 - O Corregedor Regional terá o prazo de 10 (dez) dias para apreciar o pedido de correição parcial.

Art.169 - A decisão do Corregedor, nos autos de correição parcial, não obsta a interposição de recursos legalmente admitidos.

Art.170 - Comunicada a decisão ao Juiz de primeira instância, este deverá dar imediato cumprimento à mesma, se favorável à parte, sob pena de responsabilidade.

## TÍTULO VI

### Capítulo Único

#### Do Controle da Produtividade dos Magistrados

Art.171 - O Tribunal fará publicar, mensalmente, dos estatísticos relativos ao desempenho individual de seus Juízes, a saber:

- o número de votos que cada um, nominalmente indicado, proferiu, como relator ou revisor;

- o número de feitos distribuídos a cada membro, no mesmo período;

- o número de processos recebidos em consequência de pedido de vista ou como revisor;

- a relação dos feitos conclusos para voto, despacho e lavratura de acórdãos, ainda não devolvidos, em bora decorridos os prazos legais, com as datas das respectivas conclusões.

Parágrafo único - Cabe ao Presidente do Tribunal zelar pela regularidade e exatidão das publicações.

Art.172 - Os Juízes das Juntas de Conciliação e Julgamento encaminharão à Procuradoria Regional do Trabalho, até o dia 10 (dez) de cada mês:

- a relação dos processos julgados no mês anterior, com especificação do número de sentenças proferidas no mesmo período;

- informações concernentes aos feitos em seu poder, cujos prazos para despacho ou decisão hajam sido excedidos.

## TÍTULO VII

### DAS COMISSÕES

#### Capítulo I

##### Das Comissões Permanentes e Temporárias

Art.173 - As comissões podem ser permanentes ou temporárias, segundo os objetivos a que visarem.

§ 1º - São permanentes:

- a Comissão de Regimento;

- a Comissão de Revista;

§ 2º - As comissões permanentes compõem-se de 3 (três) membros, podendo funcionar com a presença de 2 (dois).

§ 3º - O Tribunal, por proposta do Presidente ou de qualquer de seus Juízes, poderá constituir comissões temporárias, formadas por 3 (três) ou mais membros.

Art.174 - Os integrantes das comissões permanentes serão eleitos na mesma sessão em que forem eleitos os ocupantes dos cargos de direção, com mandatos de igual duração.

§ 1º - O Juiz somente poderá eximir-se de participar de comissão, mediante justificativa fundamentada.

§ 2º - Cada comissão será presidida preferencialmente pelo Juiz vitalício mais antigo que a compuser.

§ 3º - Ausente o Presidente, será este substituído pelo Juiz mais antigo.

Art.175 - As comissões permanentes ou temporárias compete:

- expedir normas de serviço e sugerir ao Presidente do Tribunal as que envolvam matéria de competência do Pleno;

- articular-se, por seus respectivos Presidentes, com outras autoridades ou instituições, referentemente a assuntos de sua alçada.

#### Capítulo II

##### Da Comissão de Regimento.

Art.176 - A Comissão de Regimento tem, como atribuições especiais:

- manter o Regimento permanentemente atualizado, propondo emendas ao texto em vigor;

- examinar e emitir parecer fundamentado sobre as emendas de iniciativa de outras comissões ou Juízes.

Art.177 - Além dos 3 (três) Juízes que regularmente a compõem, a Comissão poderá ter membros suplementares.

Art.178 - A Comissão será dispensada de parecer escrito quando houver urgência na apreciação da matéria.

#### Capítulo III

##### Da Comissão de Revista

Art.179 - A Comissão de Revista tem, como atribuições principais:

- apreciar e selecionar textos de doutrina, jurisprudência, atos oficiais e legislação especializada, com vistas a sua publicação;

- manter entendimentos, por seu Presidente, com autoridades e instituições, visando à produção de material para divulgação.

Art.180 - Além de, pelo menos, um membro do Tribunal, que será seu Presidente, a Comissão poderá ser integrada por Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento e Juiz do Trabalho Substituto.

Art.181 - A Comissão diligenciará no sentido de que a revista do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região seja editada pelo menos uma vez por ano.

Art.182 - A Comissão disporá, no plano de execução material dos serviços, da estrutura e força de trabalho existentes no setor de publicações técnicas do Tribunal.

## TÍTULO VIII

### DOS DIREITOS DO MAGISTRADO

#### Capítulo I

##### Das Férias

Art.183 - Os Juízes do Tribunal, togados e classistas, e os de primeira instância terão férias anuais de 60 (sessenta) dias, as quais poderão ser gozadas, individualmente, de uma só vez ou em 2 (dois) períodos de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - Na impossibilidade de atendimento de todos os pedidos de férias, terá preferência o Juiz de maior hierarquia, e, na igualdade, o mais antigo.



Art.184 - O Presidente e o Vice-Presidente bem como o Corregedor Regional e o Vice-Corregedor não poderão gozar férias simultaneamente.

Art.185 - No Tribunal, os pedidos de férias serão deferidos até o limite em que o número de Juizes togados, em exercício, não comprometa o "quorum" de julgamento.

Capítulo II

Das Licenças

Art.186 - Ao Juiz do Tribunal ou de primeira instância conceder-se-á licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença em pessoa da família;
- III - para repouso à gestante.

Art.187 - A licença para tratamento de saúde, por tempo superior a 30 (trinta) dias, bem como as prorrogações por igual prazo sem interrupção do período de afastamento dependem de inspeção por junta médica do Tribunal, integrada por 3 (três) membros, a qual expedirá o respectivo laudo.

Parágrafo Único - Fora da sede, a inspeção poderá ser feita, excepcionalmente, por junta de 3 (três) médicos do serviço público, cujo laudo, para produzir efeitos, dependerá de ratificação pela junta médica do Tribunal.

Art.188 - A licença para tratamento de saúde, por prazo igual ou inferior a 30 (trinta) dias, exige, na sede, inspeção por médico do Tribunal.

Parágrafo Único - Fora da sede, a inspeção poderá ser feita por médico do serviço público ou, excepcionalmente, por médico particular.

Art.189 - Desde que se considere em condições de reassumir suas funções, poderá o licenciado requerer inspeção médica, cabendo-lhe, uma vez julgado apto, reassumir-las imediatamente.

Art.190 - A licença por motivo de doença em pessoa da família depende de inspeção médica do paciente, efetuada em conformidade com os critérios e formalidades estabelecidos para a concessão da licença para tratamento de saúde, e prova de ser indispensável a assistência pessoal do requerente.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, tem-se como pessoa da família:

- I - o ascendente;
- II - o descendente;
- III - o colateral, consanguíneo ou afim, até o 2º grau;
- IV - o cônjuge do qual não haja separação legal.

Art.191 - A licença para repouso à gestante será concedida por 4 (quatro) meses, iniciando-se, salvo prescrição médica em contrário, no oitavo mês da gestação.

§ 1º - Em caso de parto prematuro, aborto natural ou terapêutico, a licença será deferida a contar do dia em que se derem esses eventos, ou a critério médico.

§ 2º - Ocorrendo aborto natural ou terapêutico, a licença será de 30 (trinta) dias, a partir do fato, prazo esse prorrogável a critério médico.

§ 3º - O tempo correspondente à licença para repouso à gestante será contado para todos os efeitos legais.

Art.192 - O Juiz do Tribunal em gozo de licença, desde que não haja contra-indicação médica, poderá comparecer às sessões para julgar processos que antes do afastamento tenham recebido o seu "visto" como relator ou revisor.

Art.193 - No curso da licença o Juiz não pode exercer funções jurisdicionais ou administrativas, ou quaisquer outras, públicas ou particulares, exceto as previstas neste Regimento.

Capítulo III

Das Concessões

Art.194 - O magistrado fará jus ao gozo de licença especial por 6 (seis) meses, depois de 10 (dez) anos de serviço público.

§ 1º - A licença especial poderá ser gozada em períodos não inferiores a 60 (sessenta) dias.

§ 2º - É facultado ao magistrado requerer a conversão da licença especial em tempo de serviço, contado em dobro, para fins de aposentadoria e disponibilidade.

Art.195 - Sem prejuízo do vencimento, remuneração ou de qualquer direito ou vantagem legal, os Juizes do Tribunal e os de primeira instância poderão afastar-se de suas funções até 8 (oito) dias consecutivos, por motivo de:

- I - casamento;
- II - falecimento de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Art.196 - Ao magistrado conceder-se-á, a critério do Tribunal, afastamento, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, pelo prazo máximo de um ano.

Capítulo IV

Da Aposentadoria

Art.197 - A aposentadoria dos Juizes togados do Tribunal e dos magistrados de primeira instância será compulsória, aos 70 (setenta) anos de idade ou por invalidez comprovada, a facultativa, após 30 (trinta) anos de serviço público, em todos os casos com vencimentos integrais.

Parágrafo Único - Para fins de aposentadoria e de seus efeitos legais, será computado o tempo de exercício de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, em favor do Juiz do Tribunal que tenha sido nomeado em vaga reservada a advogado.

Art.198 - O processo de verificação de invalidez do magistrado, para fins de aposentadoria, obedecerá aos seguintes requisitos básicos:

- I - terá início a requerimento do magistrado ou por ordem do Presidente, que agirá de ofício ou em cumprimento de deliberação do Tribunal;
- II - tratando-se de incapacidade mental, o Presidente nomeará curador ou paciente, sem prejuízo da defesa que este queira oferecer pessoalmente, ou por procurador que constituir;
- III - o paciente será afastado, desde logo, do exercício do cargo, até final decisão, devendo ficar concluído o processo no prazo de 60 (sessenta) dias;
- IV - a invalidez do magistrado será tecnicamente atestada pela junta médica do Tribunal, cujo laudo será anexado ao processo;
- V - a recusa do paciente em submeter-se à perícia médica permitirá o julgamento baseado em quaisquer outras provas;
- VI - o magistrado que, por 2 (dois) anos consecutivos, se afastar, ao todo, durante 6 (seis) meses ou mais, para tratamento de saúde, deverá submeter-se, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de 2 (dois) anos, a exame para verificação da invalidez;
- VII - a aposentadoria compulsória, referida neste artigo, somente terá seu processo iniciado depois que a invalidez do magistrado seja irreversivelmente julgada pelo Tribunal;
- VIII - se o Tribunal concluir pela incapacidade do magistrado, comunicará, imediatamente, a decisão ao Poder Executivo, para os devidos fins.

§ 1º - Aos Juizes togados do Tribunal e aos de primeira instância aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964, que regula o processo da aposentadoria dos magistrados.

§ 2º - Observado o disposto na Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, aplica-se, no que couber, aos Juizes temporários o estabelecido neste Capítulo.

TÍTULO IX

DA MAGISTRATURA DE CARREIRA

Capítulo I

Do Ingresso

Art.199 - O ingresso na carreira da magistratura do Trabalho dar-se-á no cargo de Juiz Substituto.

Art.200 - A indicação dos candidatos à nomeação será feita pelo Tribunal, sempre que possível, em lista de 3 (três) nomes para cada vaga, observada a ordem de classificação.

Capítulo II

Da Remoção e do Acesso

Art.201 - O preenchimento do cargo de Juiz Presidente de Junta se efetua pela remoção, que precede ao acesso, obedecendo o critério exclusivo de antiguidade.

Art.202 - A promoção do magistrado no cargo de Juiz Substituto ao de Juiz Presidente de Junta e deste para o de Juiz do Tribunal ocorrerá por acesso, seguindo critério alternativo de antiguidade e merecimento.

Parágrafo Único - A indicação ao acesso, por merecimento, far-se-á, sempre que possível, por lista triplíce, votada pelos Juizes vitalícios do Tribunal.

Art.203 - O merecimento será apurado com prevalência de critérios de ordem objetiva, tendo-se, sobretudo, em conta a conduta do Juiz, sua operosidade no exercício do cargo, o número de vezes que tenha integrado lista triplíce e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento.

Art.204 - No caso de acesso por antiguidade, o Tribunal só poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Art.205 - Somente após 2 (dois) anos no cargo, poderá o Juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite lugar vago, ou se forem recusados, pela maioria absoluta dos membros do Tribunal, os candidatos que hajam completado o período, ou se, existindo vagas, não houver Juizes, com 2 (dois) anos de exercício, em número suficiente para preenchê-las.

Art.206 - Para os fins previstos no artigo 80, § 1º, I, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, o Presidente do Tribunal fará as devidas comunicações sempre que o candidato ao acesso figurar, pela quinta vez consecutiva, em lista triplíce de merecimento.

Art.207 - A existência de vaga destinada à remoção ou acesso será divulgada por edital, que fixará o prazo de 15 (quinze) dias para inscrição.

§ 1º - No caso de acesso, o edital indicará qual o critério de provimento da vaga, se antiguidade ou merecimento.

§ 2º - Quando a abertura da vaga ocorrer durante ou em menos de 15 (quinze) dias do recesso, o prazo referido neste artigo será contado a partir da reabertura dos trabalhos do Tribunal.

TÍTULO X

Capítulo Único

Da Secretaria e Serviços Auxiliares

Art.208 - O Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região é constituído por cargos em comissão, por cargos efetivos e por funções.

Art.209 - A primeira investidura em cargo público efetivo dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos.

Art.210 - Compete ao Tribunal estabelecer os critérios e meios para a realização de concurso público, bem como efetuar a homologação de seus resultados.

§ 1º - O edital de concurso indicará, para as categorias funcionais do grupo "Atividades de Apoio Judiciário", o limite máximo de idade do candidato, em conformidade com a legislação em vigor.

§ 2º - As bancas examinadoras serão constituídas de acordo com as normas regulamentares.

§ 3º - As reclamações eventualmente existentes serão apreciadas pelo Tribunal.

Art.211 - Verifica-se vaga originária na data:

- I - do falecimento do servidor;
- II - da publicação da lei que criar o cargo e conceder a dotação para o seu provimento;
- III - da publicação do ato que exonerar, demitir ou aposentar o funcionário;
- IV - da vigência do ato de progressão ou ascensão funcional;
- V - da posse em outro cargo público.

Art.212 - A nomeação constitui ato formal de provimento dos cargos em comissão e dos cargos efetivos em primeira investidura.

Parágrafo Único - A designação constitui ato formal de provimento de funções.

Art.213 - O ingresso no Quadro do Pessoal da Segunda Região, relativamente aos cargos efetivos, se efetua na classe e na referência iniciais da respectiva categoria funcional.

Art.214 - O funcionário efetivo fica sujeito ao cumprimento de estágio probatório, que será de 2 (dois) anos a contar do ingresso.

§ 1º - A juízo da administração, o expediente relativo ao estágio probatório será formado sempre que o justifique a conduta do servidor.

§ 2º - O processamento atinente ao estágio probatório obedecerá ao que dispuser a lei vigente à época de sua realização.

Art.215 - As funções e os cargos em comissão, exceto o de assessor de Juiz, serão preenchidos por servidores efetivos do quadro, escolhidos pelo Presidente do Tribunal, com observância das recomendações legais e regulamentares vigentes.

Art.216 - Haverá substituição no impedimento do ocupante de cargo em comissão ou de função.

Parágrafo Único - Durante o exercício de cargo em comissão, o funcionário perderá o vencimento ou

remuneração de seu cargo efetivo, salvo a viabilidade de opção legal.

Art.217 - O provimento de cargos efetivos, por progressão ou ascensão funcionais, processar-se-á em conformidade com regulamentação própria, aprovada pelo Tribunal.

Art.218 - Na esfera administrativa os prazos para pedido de reconsideração ou recurso são de 15 (quinze) dias.

Art.219 - A estrutura administrativa, bem como a competência e atribuições das chefias, em seus diferentes graus, são as definidas no Regulamento Geral da Secretaria.

TÍTULO XI

Capítulo Único

Das Disposições Finais e Transitórias

Art.220 - Este Regimento somente poderá ser alterado mediante proposta de uma das comissões, ou de um dos Juizes do Tribunal, a ser apresentada em sessão administrativa.

§ 1º - Recebida a proposta, o Tribunal a encaminhará à Comissão de Regimento, para estudo e elaboração de parecer no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período.

§ 2º - Concluídos os trabalhos da comissão, será marcada sessão administrativa especial para exame da matéria, cuja aprovação dependerá do voto da maioria absoluta dos Juizes do Tribunal.

§ 3º - As emendas aprovadas serão datadas e numeradas ordinalmente e entrarão em vigor na data de sua publicação, salvo se dispuserem de modo diverso.

Art.221 - Poderá o Tribunal instituir órgão próprio para a apreciação de assuntos administrativos.

Art.222 - Salvo autorização do Tribunal, o Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento deverá residir dentro dos limites de sua jurisdição e o Juiz do Trabalho Substituto terá domicílio ou residência judiciária na sede do Tribunal.

§ 1º - A critério do Presidente do Tribunal, que avaliará o grau de necessidade, será designado Juiz Substituto para auxiliar nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 2º - Designado para substituir ou para auxiliar fora da sede, o Juiz Substituto terá direito ao recebimento das diárias correspondentes ao período.

Art.223 - Demonstrada a absoluta necessidade de serviço, o Juiz indicará o nome do servidor da Junta de Conciliação e Julgamento e solicitará ao Presidente do Tribunal a respectiva designação para o cargo de oficial de justiça avaliador "ad hoc".

Parágrafo Único - A indicação referida neste artigo deverá recair, preferentemente, em funcionário ocupante de categoria funcional de nível superior.

Art.224 - Nenhum Juiz poderá eximir-se do exercício de função inerente a seu cargo, para a qual tenha sido designado pelo Tribunal, salvo impedimento legal ou justificação admitida pelo Pleno.

Art.225 - Nos prédios da Justiça do Trabalho da Segunda Região, onde funcione mais de uma Junta de Conciliação e Julgamento, haverá um Juiz Diretor do Fórum que será, preferencialmente, o mais antigo.

Parágrafo Único - Além de outras atribuições que lhe podem ser conferidas por portarias e provimentos específicos, cabe ao Juiz Diretor do Fórum, por autorização do Presidente do Tribunal:

- I - orientar e fiscalizar, nas localidades, fora da sede, os serviços de Distribuição dos Feitos;
- II - orientar e fiscalizar, na sede, as atividades da Contadoria Judiciária, Distribuição dos Feitos e Protocolo Geral das Juntas de Conciliação e Julgamento;
- III - determinar, no limite de sua competência, medidas administrativas que entenda necessárias à dignidade dos órgãos e à eficiência dos serviços;
- IV - manter entendimentos com o Juiz ou Juizes das demais Juntas de Conciliação e Julgamento, visando à solução de problemas comuns;
- V - sugerir, quando cabível, a locação de imóvel adequado ao funcionamento das unidades existentes, bem como ultimar providências indispensáveis, nos casos de renovação contratual;
- VI - determinar, fora da sede, a inexistência ou encerramento de expediente, observado o disposto no artigo 228;
- VII - proceder à avaliação semestral do respectivo diretor do serviço de Distribuição dos Feitos, e, na sede, também dos chefes dos setores de Contadoria Judiciária e Protocolo Geral das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Art.226 - Observado o disposto no § 1º deste artigo as repartições integrantes da Justiça do Trabalho da Segunda Região funcionarão nos dias úteis, menos aos sábados, das 11 (onze) às 19 (dezenove) horas, com atendimento ao público das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas.

§ 1º - O setor de Reclamações Verbais, na sede, funcionará a partir das 8 (oito) horas, promovendo-se os trabalhos de redução a termo até às 17 (dezesete) horas.

§ 2º - À vista de conveniências locais, as Juntas de Conciliação e Julgamento e órgãos auxiliares situados fora da sede, o horário de trabalho e o de atendimento ao público poderão ser descontínuos, ouvido, previamente, o Tribunal.

Art.227 - Ressalvado o previsto no § 2º do artigo anterior, as audiências nas Juntas de Conciliação e Julgamento serão realizadas diariamente, entre 13 (treze) e 17:30 (dezesete e trinta) horas, podendo haver antecipação ou prorrogação, a critério do Juiz.

Parágrafo Único - Impossibilitado de comparecer no horário assinalado para a audiência, ou obrigado a ausentar-se por motivo de força maior, cabe ao Juiz ou, no seu impedimento, ao diretor de secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento, comunicar o fato ao Presidente do Tribunal, a fim de que sejam tomadas as necessárias providências.

Art.228 - A inexistência ou suspensão de expediente nas Juntas de Conciliação e Julgamento e serviços de Distribuição dos Feitos, situados fora da sede, somente poderão ser determinadas pelo Juiz, ou pelo Juiz Diretor do Fórum, respectivamente, nas datas correspondentes a feriados locais ou por motivo de força maior.

Parágrafo Único - Nas hipóteses diversas das mencionadas neste artigo, a medida estará sujeita a autorização, ou "referendum" do Tribunal.

Art.229 - Nos períodos de substituição, o Juiz Substituto perceberá vencimentos correspondentes aos de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento.

Art.230 - A concessão da carteira de Juiz, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.739, de 4 de setembro de 1946, é extensiva aos magistrados da Justiça do Trabalho da Segunda Região, cabendo à Secretaria do Pessoal a sua preparação, segundo modelo adotado.

Art.231 - Os vogais gozarão férias anuais de 30 (trinta) dias, percebendo, como remuneração, o valor de tantas gratificações de presença quantas forem as sessões efetivamente realizadas pela Junta de Conciliação e Julgamento, no período correspondente.

Parágrafo Único - Ao vogal aplica-se o disposto no artigo 8º deste Regimento.

Art.232 - O Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor e o Vice-Corregedor serão eleitos em sessão administrativa especial, que terá lugar na primeira terça-feira do mês de dezembro do ano que coincidir com o término dos mandatos e tomarão posse, em sessão solene do Tribunal Pleno, no dia 18 do referido mês.

Art.233 - Fazem parte integrante deste Regimento, em tudo o que lhe for aplicável, as normas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, as estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho e, bem assim, subsidiariamente, as do Direito Processual Civil, exceto naquilo em que forem incompatíveis com o Direito Processual do Trabalho.

Art.234 - Sob a denominação de "assentos", a serem numerados ordinalmente, poderá o Tribunal estabelecer disposições de natureza administrativa, não previstas neste Regimento, mediante Resoluções Administrativas aprovadas por maioria absoluta.

Art.235 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## SECRETARIA DA JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETARIO	
Secretário (Pálio do Colégio, 148) .....	239-5760
Secretário (Pálio do Colégio, 148) .....	36-5545
Secretário (Pálio do Colégio, 148) .....	32-2416
Chefia do Gabinete (Pálio do Colégio, 148) .....	35-4540
Chefia do Gabinete (Pálio do Colégio, 148) .....	35-5254
Assessor Especial (Pálio do Colégio, 148) .....	239-1193
Oficiais do Gabinete (Pálio do Colégio, 148) .....	239-9178
Oficiais do Gabinete (Pálio do Colégio, 148) .....	32-5297
Expediente do Gabinete (Pálio do Colégio, 148) .....	239-7016
Assessor Militar (Pálio do Colégio, 148) .....	239-5056
Assessoria Jurídica (Pálio do Colégio, 148) .....	32-0420
Assessoria de Engenharia (Pálio do Colégio, 184) .....	32-0420
Assessoria de Imprensa (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4325

DIRETORIA GERAL	
Gabinete do Diretor (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4408
Expediente da Diretoria Geral (Pálio do Colégio, 148) .....	32-0010
Consultoria Advogado Subchefe (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4449
Consultores (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4925
Expediente da Consultoria (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4954
Serviço de Documentação (Pálio do Colégio, 148) .....	239-3417
Órgão Setorial (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4157
Grupo de Planejamento Setorial (Pálio do Colégio, 184) .....	239-1430
Com. Perm. Proc. Administrativo (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4940
Administração (Pálio do Colégio, 148) .....	239-6874
Administração (Pálio do Colégio, 184) .....	239-5331
Portaria (Pálio do Colégio, 148) .....	239-2024

DIRETORIA DA JUSTIÇA	
Gabinete do Diretor (Pálio do Colégio, 184) .....	239-4405
1.ª Seção da Justiça (Pálio do Colégio, 184) .....	239-0478
2.ª Seção da Justiça (Pálio do Colégio, 184) .....	239-3047
3.ª Seção da Justiça e Promoção (Pálio do Colégio, 184) .....	239-4934
4.ª Seção da Justiça (Pálio do Colégio, 184) .....	239-3473
5.ª Seção da Justiça (Pálio do Colégio, 184) .....	256-8137
6.ª Seção da Justiça (Pálio do Colégio, 184) .....	239-3338
Seção de Pagamentos (Pálio do Colégio, 184) .....	239-1201

DIRETORIA DO EXPEDIENTE	
Gabinete do Diretor (Pálio do Colégio, 148) .....	36-6704
Correspondência (Pálio do Colégio, 148) .....	239-4985
Protocolo (Pálio do Colégio, 184) .....	239-5174
Arquivo (Pálio do Colégio, 148) .....	239-5258
Arquivo (Rua Dr. Oscar Cintra Gordinho, 243) .....	279-5177

DIVISÃO DE FINANÇAS	
Gabinete do Diretor (Pálio do Colégio, 184) .....	239-5751
Seção de Despesa (Pálio do Colégio, 184) .....	239-5740
Seção de Orçamento e Custos (Pálio do Colégio, 184) .....	239-4399
Seção de Compras (Pálio do Colégio, 184) .....	239-4712
Tesouraria (Pálio do Colégio, 148) .....	239-5749
Gabinete do Diretor da CGS-10 - Secretaria da Fazenda CGS-10 - Secretaria da Fazenda (Pálio do Colégio, 184) .....	34-1529
Almoxarifado (Pálio do Colégio, 184) .....	239-1790
	37-4238